



RELATÓRIO E CONTAS DE 2006

Senhores Associados:

No cumprimento dos estatutos, a Direcção vem informar das suas realizações e respectivas contas no primeiro ano do seu mandato.

A Direcção, tendo em conta o resultado das eleições, do biénio 2006/2007, em que foi necessária uma segunda volta, apenas tomou posse no dia 8 de Fevereiro de 2006.

Constatando-se ainda que a totalidade dos membros da Direcção assumia esse encargo pela primeira vez, houve nos primeiros meses, as normais dificuldades de adaptação e gestão de uma Instituição da dimensão de Inválidos do Comércio. Contudo com “Alma e Coração” a Direcção lançou-se ao trabalho, ciente de que os dois anos de mandato não permitem alterar, todos os métodos e procedimentos, que consideramos incorrectos e que eram prática corrente na instituição. No entanto, sempre estivemos conscientes da necessidade de se proceder a alterações estruturais e que deveriam ser iniciadas com a maior brevidade, procurando adequar os Inválidos do Comércio às realidades e conceitos de gestão dos nossos dias.

Assim, a Direcção lançou-se ao trabalho, iniciando os processos que já estão a provocar alterações profundas, mas mantendo sempre o bom senso de não provocar roturas que afectariam os residentes, os trabalhadores, e obviamente os sócios em geral.

Estas alterações estruturais, que adiante se descrevem com maior detalhe, objectivam a obtenção de ganhos de produtividade no desempenho do pessoal, a melhor gestão financeira e administrativa e a melhoria das condições de vida dos Residentes, e dos Colaboradores, tal com tinha sido proposto no manifesto de candidatura.

Nem sempre conseguimos os nossos objectivos, mas estruturamos e iremos continuar os processos de renovação em 2007, de modo a que no final do mandato seja possível apresentar uma Instituição mais moderna e gerida de forma mais profissional, e especialmente preparada para os desafios cada vez mais difíceis, que a longevidade nos coloca.

Assim, podemos afirmar com convicção, que embora não concretizando no primeiro ano de mandato algumas das medidas preconizadas na nossa proposta de acção da Direcção, importa referir que neste ano esperamos colher os benefícios do trabalho encetado no ano anterior.

Importa ainda referir as candidaturas apresentadas no corrente ano nomeadamente ao PARES, que consistia na construção da Casa de Repouso Possidónio da Silva, com as 3 valências, lar, centro de dia e apoio domiciliário, com 60 utentes em cada modalidade. A candidatura ao programa Saúde XXI – que consiste numa unidade de



cuidados continuados com 120 camas – 4 enfermarias. Ainda no programa Pares apresentámos a candidatura a uma creche, a edificar no terreno do Lumiar, junto ao portão sul da Rua Alexandre Ferreira.

Destes projectos apenas conhecemos a inviabilidade da CRPS conforme se descreve adiante, e dos outros dois ainda aguardamos respostas, embora saibamos que as nossas probabilidades são altas, aguardamos com confiança uma decisão favorável.

1. CONTEXTO NACIONAL

As cada vez mais difíceis condições económicas, que se verificam no país, e as alterações preconizadas nos Decretos em vigor, ou em preparação, irão solicitar às Administrações das IPSS o empenho na procura de soluções economicamente viáveis e tornando a Instituição cada vez menos dependente dos subsídios estatais. Aliás refira-se que em legislação a publicar em breve, serão os pensionistas diferenciados, em termos de prestação mensal de apoio lar, em detrimento dos valores médios até agora assumidos.

De facto, no futuro apenas a redução de custos e as participações familiares, poderão servir para mitigar os prejuízos, pois quer o património cada vez mais degradado, quer a diminuição do número de sócios (situação que estamos a procurar inverter), bem com a acentuada diminuição de doações, fruto do individualismo egocêntrico do nosso tempo, em que os valores da solidariedade não abundam; bem como a doação de bens a instituições de solidariedade social, em detrimento do que faziam os nossos fundadores e antecessores que privilegiavam os valores e as práticas sociais .

2. ASPECTOS GERAIS DA ACTIVIDADE EM IC

Na sequência do trabalho desenvolvido em anteriores Direcções foi possível iniciar no corrente ano, as obras da 4ª fase, que julgamos vir a constituir um significativo reforço das condições de vida digna dos nossos residentes, proporcionando-lhe um elevado nível de conforto, tal como aos trabalhadores que com eles convivem diariamente.

Os desejáveis investimentos na CRAF, que pretendem criar condições de vida melhores e mais homogéneas no que respeita ao equipamento, irão perseguir nos próximos anos, pois no corrente ano as obras iniciadas irão consumir grande parte dos recursos financeiros disponíveis.

Apesar da execução da obra da 4ª fase foi ainda possível proceder à execução de pequenas obras de manutenção, pintura, adaptação de salas, limpeza de instalações, etc., graças ao trabalho dedicado do pessoal da Manutenção.

Em 10 de Abril passado, assinalou-se o 77º. aniversário de Inválidos do Comércio, Instituição que muito nos honra e prestigia, pelo que participámos activamente, na celebração desta data tão significativa para nós, nas diversas actividades relacionadas com o evento.

Como é tradicional, procedeu-se à romagem ao cemitério do Lumiar homenageando os nossos fundadores na pessoa de Alexandre Ferreira, 1º Presidente da Instituição com a colocação de uma coroa de flores junto à sua sepultura. Esta romagem foi largamente participada com a presença de muitos sócios, residentes, membros dos Corpos Sociais, trabalhadores da Instituição, muitos outros amigos e povo anónimo.



Seguiu-se o tradicional almoço comemorativo que resultou num grande convívio de amizade, solidariedade e fraternidade, em honra ao espírito sempre presente dos nossos fundadores. Como somos uma Instituição aberta a toda a sociedade, estiveram presentes convidados dos órgãos autárquicos, Câmara Municipal de Lisboa e Junta de Freguesia do Lumiar, da Segurança Social, Ministério e Centro Regional da Segurança Social de Lisboa e convidados de outras Instituições de Solidariedade Social com as quais mantemos relações de amizade e cooperação.

O Projecto “Lx-Amigo”, em que Inválidos do Comércio, participa em parceria com a CML, continuou a demonstrar a sua utilidade, embora na nossa opinião, nem sempre divulgado com a qualidade que o projecto exige. Inválidos do Comércio, em 2007 irá colocar no seu sítio da Internet a estrutura do projecto e divulgar por todos os sócios residentes em Lisboa a utilidade deste protocolo e a ajuda que ele pode proporcionar aos seus sócios.

Embora a Câmara Municipal de Lisboa, se encontre a auditar o projecto, para provavelmente o tornar mais eficaz, não deixa de ser relevante o reconhecimento da CML, que nos faz referências muito elogiosas em relação à participação dos nossos Colaboradores afectos ao projecto, e dos quais têm dependido o muito êxito junto dos munícipes a quem se dirige.

Os destinatários deste projecto, são os munícipes da cidade de Lisboa com mais de 65 anos, ou 55 anos com mobilidade condicionada, e que nos dias úteis poderão ligar para o nº Azul 808 215 050, das 9 às 17 horas.

Este projecto consiste na prestação de um serviço de pequenas intervenções domésticas, estores, janelas, torneiras, portas, etc.

3. ACÇÕES INSPECTIVAS DA TUTELA

Durante o ano em análise, a Instituição não teve nenhuma inspecção da Tutela, embora tenha sido empreendida uma inspecção higieno-sanitária, mas na dependência do Ministério da Saúde.

Embora já tenha sido recebido, em Maio de 2005, o relatório final da inspecção social e da auditoria financeira, ainda não se encontram implementadas todas as medidas nele preconizadas, mas as recomendações na área económico-contabilística, algumas já foram implementadas, outras ainda se encontram em curso e serão completadas ainda no decurso do mandato do actual elenco Directivo.

Os procedimentos contabilísticos e económicos, embora de prática corrente na instituição, devem ser alterados de modo a cumprir os critérios contabilísticos das IPSS e ainda da metodologia e clareza de processos actualmente utilizada.

4. SÓCIOS

O número total de sócios continuou a diminuir, embora com menor intensidade, sendo em 31 de Dezembro de 2006 de 13.528. Pelo lado das entradas, foram admitidos 448 novos sócios e readmitidos 101.

A Direcção face a esta situação, já começou a tomar algumas medidas nomeadamente na colocação da ficha de inscrição no nosso sítio na Internet



(www.invalidos.org ou www.invalidos.net), que já está a dar resultados, pois apareceram novos sócios através deste poderoso meio de informação e comunicação.

Importa também dirigir esta nossa acção às camadas mais jovens e desenvolver-lhe o espírito da solidariedade e do associativismo, criando condições para que seja atractivo o seu ingresso na Instituição. Assim, a Direcção tem em estudo várias medidas que passam pelo apoio médico na Instituição, no domicílio, e ainda outras vantagens e descontos em Instituições que estabeleçam protocolos de colaboração com a nossa.

Contudo, este trabalho não poderá ter êxito se depender só da Direcção, importa que cada sócio consiga fazer outro sócio, não esqueçamos os nossos fundadores que percorreram o país criando delegações nas capitais de distrito, e que tornaram IC na maior Instituição do país à época.

5. ESTATUTOS

Os estatutos vigentes entraram em vigor em 29.03.1985, pelo que já não contemplam a inserção de IC nas realidades da sociedade actual, nomeadamente as condições da Ala José Manuel Dias com o seu regime de cedência vitalícia de quartos.

Tendo em conta o trabalho realizado pela anterior Direcção, e face aos contactos estabelecidos com a Inspeção Geral da Segurança Social e o Centro Distrital de Lisboa da Segurança Social, este assunto terá de ser resolvido com brevidade, pelo que é intenção da Direcção colocar o projecto de Estatutos actual, na Internet, e ainda proceder à sua distribuição a quem o solicitar no secretariado, estabelecer um prazo para apreciação das propostas de alteração enviadas até ao final da primeira semana de Maio de 2007, e solicitar à Presidente de Mesa da Assembleia Geral a marcação de uma Assembleia Geral Extraordinária para proceder à sua apreciação e votação já com todos os contributos recebidos.

6. IN MEMORIAM

O elevado número de sócios da Instituição e a sua cada vez mais avançada idade, daí a razão do falecimento de bastantes sócios durante o ano de 2006, o que nos causa imensa consternação e saudade dessas mulheres e homens que ao longo de muitos anos, com o objectivo da solidariedade se mantiveram sócios, e mesmo não usufruindo da assistência da Instituição permitiram com a sua persistência que outros usufruam ou venham a usufruir. Que a sua memória e o seu exemplo seja para todos nós seus seguidores, um estímulo de persistência e vontade de praticar a solidariedade de forma desprendida.

Recorde-se ainda o nosso associado Senhor Mário Ribeirinho, falecido a 11/06/06 e que tinha sido 1º Secretário da Assembleia Geral no biénio 2004/2005, e ainda o associado Senhor Henrique Seijo, que nos deixou em 13/12/06, e que durante longos anos pertenceu aos órgãos sociais da Instituição, nomeadamente em 1978, quando fez parte da Comissão de Apoio e Assistência à CRPS, Vogal da Direcção efectivo entre 1980 e 1988, 1º Secretário da Direcção Suplente e 2º Secretário da Direcção efectivo entre 1992 e 1996. Recordar-se ainda o carinho e as manifestações de apreço que a



Junta de Freguesia de Alcântara distinguiu este nosso associado e dirigente, que foi igualmente Presidente da CURPIA.

Queremos, ainda, registar a nossa homenagem a todos os outros Sócios desaparecidos, figuras anónimas ou ilustres, mas afinal aqueles em que se baseia a continuidade da existência desta Instituição quase centenária.

7. CASA DE REPOUSO ALEXANDRE FERREIRA

7.1. Residentes e Utentes do Apoio Domiciliário

Em 31 de Dezembro habitavam na CRAF 323 residentes (120 homens e 203 mulheres), dos quais, 276 no regime geral e 47 nas residências de cedência vitalícia. No regime geral a idade média dos homens era de 83 anos, e das mulheres de 85 anos, enquanto que no regime de quartos de cedência vitalícia a idade média dos homens era de 80 anos e das mulheres também de 80 anos.

Durante o ano foram admitidos 59 novos residentes, tendo falecido 68 residentes, 31 homens (com idade média de 83 anos) e 37 senhoras (com idade média de 87 anos), e saídos voluntariamente 2 residentes (um casal com 78 anos). Conclui-se portanto que diminuámos em 9 o total de residentes que habitam na Instituição, fundamentalmente por motivo das obras de beneficiação e modernização ocorridas durante o ano, que obrigou a realojamentos no SAD.

Os 59 novos residentes para o regime geral, distribuíram-se por 20 homens (com uma idade média de 81 anos) e 39 senhoras (com uma idade média de 82 anos)

Para as residências vitalícias, não houve no corrente ano qualquer admissão, embora tivesse ocorrido um falecimento de uma senhora com 90 anos.

Os novos residentes têm uma idade cada vez mais elevada, o que se por um lado significa que os candidatos estão cada vez mais tempo nas suas casas, o que é muito compensador, mas por outro lado significa que as entradas para a Instituição são de pessoas com idade muito avançada, e que na maioria dos casos já com dependências significativas o que coloca novos e importantes desafios à Instituição, nomeadamente no incremento acentuado e continuado dos custos com pessoal de apoio e equipamento especializado.

Recorde-se que neste momento estão no SAD quase 80 Residentes, na sua maioria definitivamente.

Durante o ano os novos pedidos de ingresso na CRAF totalizaram 200, 168 para o regime geral e 32 para as residências de cedência vitalícia.

Assim verifica-se que no final do ano registam-se 1156 pedidos de internamento no regime geral e 281 candidatos para o regime de residência de cedência vitalícia.,

O apoio domiciliário foi prestado a 16 utentes da Freguesia do Lumiar, tendo ao longo do ano entrado 8 novos utentes (3 homens e 5 senhoras com idade média de 79 anos) e saído por falecimento 7 utentes (1 homem e 6 senhoras).



7.2. Obras e Melhoramentos

7.2.1. Pavilhão para oficinas de manutenção e aprovisionamento

Tendo sido concluído no anterior mandato a obra de construção civil do Pavilhão das Oficinas e Aprovisionamento, procedeu-se no corrente ano à mudança dos Serviços respectivos para as novas instalações.

Houve contudo necessidade de executar ainda alguns trabalhos não incluídos na empreitada, nomeadamente as grades nas janelas com fácil acesso, e a protecção das paredes das oficinas junto às máquinas.

O asfaltamento ocorreu já no final do Verão, e o equipamento das casas mortuárias resultou da oferta de parte do material, pela empresa com quem foi estabelecido contrato de fornecimento de funerais no ano 2006.

Contudo, e devido às alterações produzidas no projecto, este ainda não mereceu aprovação total por parte da CML, aguardando-se ainda a respectiva licença de utilização, embora os projectos de instalações já disponham das respectivas aprovações.

A existência de duas casas mortuárias com qualidade, permitiu libertar as dependências antes utilizadas para este fim, as quais não ofereciam as condições mínimas necessárias.

Embora, a anterior Direcção tenha sugerido a utilização destas instalações por agências funerárias, tal não colheu o apoio da actual Direcção, que pretende para além da utilização das instalações de forma condigna, preservar a estabilidade emocional dos seus residentes e preservar a sua segurança e conforto dos mesmos, que iriam certamente ser perturbadas com a entrada não controlada de inúmeras pessoas, caso fossem admitidos funerais de diversas proveniências.

Obviamente que esta disposição não se aplica aos sócios em geral ou seus familiares directos, que poderão ser sempre recebidos nesta sua casa, mesmo nos últimos momentos passados entre nós.

A transferência do Aprovisionamento para estas novas instalações, em local independente e estruturado para essa função, irá permitir a expansão do SAS, que neste momento se debate com imensa falta de espaço

Esta obra, adaptação das antigas instalações do Aprovisionamento, irá ocorrer até ao final do 1º Semestre de 2007, e irá permitir o crescimento do SAS, e melhorar as condições de trabalho do pessoal técnico e de apoio mais efectivo aos Residentes, tal como preconizado pela Tutela.

7.2.2. Obras da 4ª. Fase

Tendo sido lançado o concurso e admitidas as propostas pela anterior Direcção, foi necessário proceder ao apuramento da proposta que melhor servisse os interesses da instituição, sendo para tal criada uma comissão que elaborou a análise e propôs a respectiva adjudicação à firma ARQUICON, empresa que já tinha concorrido e executado outras obras na CRAF, e que tinha demonstrado possuir uma proposta coerente.

Neste momento a obra aproxima-se do seu termo, tendo sido cumpridos os prazos contratuais e não tendo surgido, trabalhos a mais ou alterações dignas de monta.



Os escassos trabalhos a mais, não constavam das medições e foram reclamados como erros e omissões de projecto.

A nova ala disporá de 25 novos quartos duplos, todos com WC privativa e armários roupeiros individuais, para além de uma arquitectura interior cuidada, que certamente nos irá orgulhar, não tendo sido esquecidas as instalações condignas para o pessoal e ainda para os banhos assistidos.

Na cave, as salas disponíveis irão servir para ministrar cursos ao pessoal e também para salas de trabalho dos residentes, que tanta falta faziam na Instituição, nas arrecadações serão instalados os arquivos da Instituição e outros bens que importe preservar em condições condignas.

Esta obra deverá terminar no próximo mês de Abril, esperando-se realojar os residentes ainda no mês de Maio.

A sua inauguração está prevista para 13 de Junho de 2007, e esperamos contar com a presença de inúmeros sócios.

7.2.3. Remodelação da fisioterapia e do auditório.

A anterior Direcção deixou-nos concluído o projecto e respectivo caderno de encargos da Remodelação da fisioterapia e do auditório.

O não lançamento do Concurso e início da obra, deve-se fundamentalmente à falta de meios financeiros que permitam iniciar esta obra, tendo em conta que neste ano não foram realizadas quaisquer alienações por razões que se descreverão.

Embora se tenha recebido um subsídio da UNICRE, destinado à instalação de um monta-cargas tal não foi possível, pois esta instalação faria sentido se integrada na obra de remodelação da fisioterapia e auditório.

Embora a Direcção tenha consciência da necessidade de proceder às obras em causa, considerou existirem outras prioridades, pelo que este assunto apenas será recolocado no próximo ano.

7.2.4. Instalação de águas correntes nos quartos do SAD

No corrente ano foram instalados lavatórios com águas correntes no SAD, situação que permite melhorar significativamente a qualidade higiénica dos cuidados prestados aos residentes acamados. Obviamente, que desta situação beneficiam igualmente os trabalhadores que podem agora trabalhar em condições de maior higiene e menor esforço.

Este trabalho, tendo em conta os custos envolvidos apenas foi possível devido à dedicação e empenho do pessoal da Manutenção, que montou todo o material necessário.

7.2.5. Outras obras

Apesar de não ser possível por razões orçamentais executar todas as obras a que nos havíamos proposto e a outras que já vinham de anteriores Direcções, foi contudo possível executar inúmeras obras feitas fundamentalmente pelo pessoal da Manutenção, e obviamente com custos mais reduzidos.

Destas obras permitimo-nos destacar as seguintes:



- Remodelação da antiga casa mortuária, com colocação de lavatório com águas quentes e frias, divisórias em vidro, porta no WC, colocação de azulejos e pinturas. Estas salas adstritas ao SAD servem agora como sala de espera e gabinete médico.
- Remodelação da antiga sala do Oxigénio com colocação de lavatório com águas quentes e frias, instalação eléctrica, divisórias em alumínio e pinturas. Esta sala foi agora convertida em sala de pensos e medições de tensões e glicemia, possuindo ainda uma WC.
- Execução de rampa e cobertura para acesso à sala de Fisioterapia, com corrimões.
- Reparação dos quartos 8 A, 10, e 12 – Demolição e recolocação de novo tecto, instalação eléctrica, sistema SOS, e pintura.
- Desactivação de todos os quartos da Ala António Augusto de Sousa e de 3 quartos da ala Joaquina Costa Dias Ferreira, com a retirada das mobílias dos materiais ainda aproveitáveis.
- Ainda na Ala JMD foi remodelada a copa, com aumento do espaço de trabalho em cerca de 1/3, mantendo o espaço disponível na casa de jantar. As trabalhadoras da copa passaram a dispor de muito melhores condições de trabalho.
- Pintura dos quartos do Pavilhão 6, 18 e 38, reparação e pintura do quarto 612 da ala residencial.
- Execução de um gabinete em estrutura de alumínio para a encarregada do refeitório.
- Colocação de uma nova máquina de lavar na lavandaria, incluindo todas as ligações.
- Pintura total do muro Sul, interior e exterior, incluindo o chapeamento e pintura do novo portão, pinturas do gabinete junto ao quarto 516, do hall dos Serviços, escadas desde cozinha até ao arquivo do sótão, gabinete da encarregada das alas, túnel de acesso ao Pavilhão António Casanova, casa do Sapateiro, corredor da 5ª avenida,
- Instalações e ligações das bancadas do self-service.
- Colocação de grades, nos balneários da lavandaria, na costura.
- Colocação de águas quentes e frias esgotos e azulejos no sector de Cultura e Lazer.
- Transferência de todo o material e prateleiras para as novas instalações do Aprovisionamento.
- Substituição da tubagem de água quente desde o Barbeiro até ao WC da Ala Joaquina Costa Dias Ferreira.



- Remodelação do WC das senhoras (duches) no Pavilhão António Casanova.
- Instalação de águas quentes e frias em todos os quartos do SAD, incluindo colocação de lavatórios em inox, torneiras, e respectivos saneamentos.
- Aproveitamento do antigo estaleiro da Arquicon (Pavilhão das Oficinas), para local de pinturas.
- No SAD colocação de portas na enfermaria, e colocação de pavimento no vestiário dos enfermeiros, pintura da sala da administrativa.

Para além destes trabalhos, muitos outros de manutenção e recuperação foram executados, a maioria dos quais pela equipa de manutenção da CRAF, apenas se tendo recorrido a profissionais exteriores, quando a exigência técnica dos trabalhos a executar assim o exigiu.

7.3. Infra-Estruturas

7.3.1. Refeitórios

O fornecimento da alimentação e após concurso realizado em Março voltou a ser atribuído a UNISELF, que apresentou a melhor proposta.

Contudo, desde o início deste novo contrato, a Direcção procurou junto deste concessionário, melhorar a alimentação fornecida aos residentes e trabalhadores, acção que tem vindo a dar resultados, embora lentamente.

Neste contrato tinham sido estabelecidas outras condições que já foram cumpridas e que melhoraram significativamente as condições em que é servida a alimentação aos funcionários, referimo-nos à linha de self-service. Foram ainda reparadas diversas anomalias nos vários refeitórios, e corrigidas as situações de não conformidade, resultantes da inspecção higieno-sanitária.

Embora a idade cada vez mais elevada dos Residentes e as suas dificuldades de locomoção obriguem a assegurar condições de fornecimento de refeições mais próximas dos quartos, tal não impede que sejam incentivadas estas pequenas caminhadas à sala de refeições principal, que por si só asseguram um exercício moderado, e que favorecem a independência dos Residentes.

Contudo, foram estudadas novas soluções para o transporte adequado da alimentação, e na sequência de concurso irão ser adquiridos no próximo ano carros de transporte da alimentação já empratada, para as diversas copas. Estes equipamentos serão certificados pela ASAE.

7.3.2. SAD

A Direcção sempre considerou que este sector deveria merecer uma especial atenção quer pela fragilidade e dependência da maioria dos seus residentes, quer pelas necessidades específicas deste sector, que para além dos cuidados de higiene e alimentação, necessitam ainda de cuidados médicos e de enfermagem.



Assim, foram estabelecidos critérios de gestão do pessoal de modo a garantir uma melhor distribuição pelos diferentes turnos. Na higiene, também houve mudanças acentuadas com a introdução de água corrente nos quartos, com os estojos individuais de higiene dental, e com as bacias individuais para as lavagens.

A par destas acções houve reforço do pessoal técnico e das técnicas de controlo de prestação de cuidados, criando registos de ocorrências.

Decorrente das alterações das salas mortuárias houve ainda hipótese de criar uma sala de consulta de pensos e tratamentos, e ainda de medição de tensões e glicemias. Estas medidas a par da futura extensão da medicação a todos os sectores da CRAF, irão certamente melhorar a saúde dos nossos residentes.

7.4. Animação Cultural e Recreativa

Durante o corrente ano as actividades culturais, recreativas e de lazer tiveram uma enorme expressão, quer nas actividades internas quer nas externas.

Assim, foram efectuados passeios a Sintra(2), Arrábida, Montijo (Base Aérea), Mafra, Ericeira, Oceanário, Fátima, Peniche, Caldas da Rainha, Constância e iluminações de Natal.

Houve ainda diversas acções no exterior nomeadamente, Carnaval no Lar Militar, Arraial dos Santos Populares, Piquenique, Evento desportivo para deficientes, Boccia, Circo e Natalis. Neste ultimo evento em Inválidos do Comércio participou pela 1ª vez, houve uma elevada participação dos residentes com diversas saídas, tendo em conta que o evento durou dez dias. Regista-se ainda a participação do rancho folclórico por 3 vezes, bem com pequenos apontamentos teatrais.

Internamente podemos também referir vários bailes, nomeadamente no Dia de Reis, Páscoa, Dia dos Namorados e outros.

Houve também tempo para palestras e debates, Cuidados de Higiene Oral, Saúde e 3ª idade, Cidadania entre nós, Vida activa e ainda Saberes e Sabores Antigos

Durante todo o ano foram projectados imensos filmes, houve teatro, noite de fados, marchas populares, casamento, magusto, santos populares com sardinhada, festa de Natal, e obviamente na maioria das festas sempre actuou o nosso rancho folclórico, cada vez com maior qualidade e visto com muito apreço.

Nas actividades manuais e desportivas destaca-se a pintura, fotografia expressão plástica, fusing, artes decorativas e atelier de costura, caminhadas e torneio de malha.

Importa ainda referir que muitas destas acções não seriam possíveis sem o apoio incondicional do Presidente da Junta do Lumiar, Dr. Nuno Roque, a quem agradecemos e manifestamos o nosso reconhecimento, bem haja, pela sua acção em benefício dos seus fregueses mais fragilizados, e pela sua amizade para com Inválidos do Comércio.

8. CASA DE REPOUSO POSSIDÓNIO DA SILVA

Tendo em conta a candidatura ao programa PARES, a que IC se candidatou em Junho, foram estabelecidos os necessários contactos com a CML no sentido de viabilizar o projecto urbanístico que a Instituição tem estruturado para este terreno, já que não existe qualquer viabilidade de aproveitamento das actuais instalações para vir a ocupar como Lar residencial.



Assim, resolvemos a situação com o proprietário contíguo mediante uma permuta de área, de modo a acertar o loteamento. Contudo por falta de verbas e também de vontade política, não foi ainda possível resolver o impasse criado pelo pátio anexo à Instituição e que neste momento está a inviabilizar todo o projecto.

Ora atendendo a estas dificuldades e estando o programa PARES em curso, foi desenvolvido o nosso projecto CRPS, já de acordo com a legislação actual em vigor, e solicitamos a desanexação deste lote do restante loteamento, de modo a garantir a viabilidade do projecto.

Contudo no início de 2007, viemos a ser surpreendidos com um parecer neutro, pois protelava a aprovação do projecto social, para uma futura CLAS, Conselho Local de Acção Social, que ainda não está formado e não se sabe quando poderá estar. Esta situação pareceu-nos muito injusta porque a Instituição, em 10 dias apresentou projecto, terreno e meios financeiros para executar o projecto, e a CML, com esse parecer ambíguo inviabilizou esta iniciativa. Não desistiremos de concretizar quer a CRPS, quer o restante loteamento, que nos irá garantir meios financeiros para concluir as obras de remodelação da CRAF, e quiçá a sua ampliação.

Continuámos a proporcionar condições de estacionamento, mediante compensação financeira adequada, aos colaboradores da Secretaria-Geral da Presidência do Conselho de Ministros, entidade com quem vimos mantendo um bom relacionamento, através do seu Secretário-Geral, Dr. Sousa Rêgo, o que queremos deixar expresso, agradecendo todas as manifestações de disponibilidade e amizade à Instituição.

9. PATRIMÓNIO IMOBILIÁRIO

Dentro deste princípio, apresentámos à Assembleia-Geral a proposta para a venda de alguns imóveis, para os quais a alienação é, em nosso entender, a única possibilidade que serve os interesses de IC. No entanto, a situação do país, o constante aumento dos juros, a existência de rendas de baixo valor, e ainda de inquilinos com baixo poder económico, aliados ao excesso de oferta quer por novas construções, quer pelo abandono das zonas antigas da cidade, onde se localiza a maioria do nosso património não facilitam qualquer alienação de património.

Assim, no presente ano a Direcção, mesmo correndo o risco de subir os resultados negativos, não procedeu a qualquer venda.

Existem ainda algumas situações em que somos co-proprietários, ou herdeiros, e que importaria resolver, embora neste momento ainda não exista um estudo conclusivo, sobre a oportunidade de submeter essas vendas à Assembleia-geral.

Contudo mantêm-se situações já autorizadas pela Assembleia-Geral, a aguardar melhor oportunidade de mercado, procurando a sua real valorização.

Constata-se também que existindo neste momento casas vagas e a necessitarem de obras profundas, a Direcção está a tentar obter trocas de habitações com vários inquilinos de modo a deixar prédios devolutos, proporcionando assim, um valor de venda mais consentâneo com o valor real de mercado.

A Câmara Municipal de Lisboa continua a insistir com IC para a realização de obras de manutenção coercivas, tendo aplicado, multas por obras não realizadas em anos anteriores.



É assim evidente que na maioria das situações, os investimentos são de tal forma avultados, que só o recurso a programas de apoio, RECRIA etc., poderão facilitar algumas obras. Mas mesmo nessa situação deverá ser profundamente ponderada a oportunidade, dessas obras cujo retorno, é superior a um período de 20 anos.

Assim, considera a Direcção que só devem ser realizadas as obras absolutamente indispensáveis à segurança dos inquilinos, e quando os custos forem demasiado elevados, propor à CML a realização de obras coercivas, ou a necessidade ou não de recorrer a processos de despejo, para demolir ou alienar os prédios então devolutos.

Face ao panorama descrito, a Direcção ciente dos escassos recursos de que dispõe irá privilegiar os investimentos previstos para a remodelação e melhoria das instalações da CRAF.

O total despendido em obras e responsabilidades assumidas em prédios no ano de 2006, foi de 140,687,83 €, sendo as mais importantes realizadas na Rua Francisco Rodrigues Ferreira, em Sintra, Escadinhas do Monte Estefânia, em Sintra, Rua Edison, em Lisboa, Rua de S. Lázaro, em Lisboa, e Calçada do Rio em Algés.

10. RECURSOS HUMANOS

O total de trabalhadores, em 31.12.2006, era de 270 (263 no final de 2005), e ainda de 15 prestadores de serviços a recibo verde.

Este aparente aumento do número de funcionários, deve-se à correcção feita no SAD, onde existia uma empresa que colocava pessoal, e o seu número não contava para os totais, e ainda dos trabalhadores temporários que substituem trabalhadores com baixas prolongadas, licenças de longa duração, ou licenças de parto. Em conclusão o número de trabalhadores é sensivelmente o mesmo, para o desempenho de funções semelhantes.

Recorde-se que tem diminuído quer a ocorrência de horas extraordinárias quer a acumulação de horas para dias de licença, situação que distorcia completamente o sistema de turnos e desequilibra os custos com pessoal.

Foi concedido, como habitualmente um aumento salarial aos trabalhadores, dentro das possibilidades económicas de IC, e regularizadas algumas situações individuais.

A generalidade dos trabalhadores continuou a demonstrar muita dedicação pela Instituição procurando servir os Residentes do melhor modo. A Direcção procurou melhorar as condições de trabalho, conforme descrito noutra local, e dar formação às diversas categorias de pessoal, com incidência nos que mais directamente se relacionam com os Residentes.

Para acompanhar de forma adequada os Residentes e seguir a evolução exigida pela Tutela, admitiram-se alguns elementos com a formação técnica específica adequada.

11. RESULTADOS ECONÓMICO-FINANCEIROS

O resultado líquido do exercício de 2006 cifrou-se em 845.398,71 € negativos, o qual representa uma recuperação de 6% relativamente ao ano anterior, na ordem dos 53.798,49 €.



Os custos totais passaram de 4.851.802,96 € em 2005 para 5.154.961,56 € em 2006, ou seja verificou-se um agravamento de 6%. Por seu turno os proveitos totais mostram um acréscimo de 9% ao passarem de 3.952.605,76 € para 4.309.562,85 €.

Assim, ao aumento de custos na ordem de 303.159,00 € corresponde um aumento de proveitos de 356.957,00 €.

As rubricas que evidenciam maior peso no aumento dos custos correspondem às provisões e amortizações. Parte do aumento das amortizações resulta do facto de se ter corrigido o valor dos activos imobilizados que não estavam devidamente considerados no balanço da Instituição.

Das análises que foram efectuadas às contas pôde-se concluir que não estavam devidamente contabilizados valores patrimoniais de imóveis de rendimento no montante liquido de 1.009.149,63 €. Este acréscimo do activo imobilizado arrastou obviamente as amortizações correspondentes.

Relativamente às provisões foi decidido evidenciar nas contas de 2006 o valor das rendas cuja cobrança se prevê duvidosa, não obstante os processos de liquidação judicial que estão em curso e que nos permitirão mitigar este custo. Estas rendas por regularizar dizem respeito exercícios anteriores.

As variações mais significativas na evolução dos proveitos registaram-se nas seguintes rubricas:

Prestação de Serviços	40.472,00 €;
Comparticipação da Segurança social	33.238,00 €;
Proveitos e Ganhos Financeiros	102.852,00 €;
Proveitos e Ganhos Extraordinários	144.692,00 €.

Não obstante não se verificar um agravamento do resultado do exercício relativamente ao ano anterior, tal facto não desmobiliza a Direcção do propósito de procurar uma utilização mais racional dos recursos assente na redução de todos os custos supérfluos e na maximização possível dos proveitos. Tudo isto deverá ser conseguido sem prejuízo ou agravamento das condições de conforto e bem-estar dos nossos utentes.

12. ELEMENTOS ESTATÍSTICOS

A grande dimensão actual de IC continua a poder ser avaliada pelos seguintes elementos:

8.764 cartas expedidas e 3.950 recebidas.

38.166 km percorridos pelas viaturas.

531.100 refeições fornecidas, das quais 271.541 almoços e jantares.

(destacamos o fornecimento de 2.526 suplementos para diabéticos, o que revela o cuidado posto nas condições oferecidas aos Residentes).

Levámos os nossos Residentes a 1.779 consultas nos Hospitais.

Os nossos Médicos efectuaram 7.792 consultas a Residentes.



13. ESTÁGIOS E VISITAS

IC continua a ser uma instituição com características muito reconhecidas no país, tornando-a numa Instituição procurada por alunos de várias áreas, desde a enfermagem, ao serviço social, expressão artística, psicologia, e outras, para efectuarem os seus estágios.

Assim, durante 2006 efectuaram estágios na CRAF, alunos dos seguintes estabelecimentos de ensino:

Universidade Lusíada.

Instituto Superior de Psicologia Aplicada.

Escola Superior de Enfermagem S. Francisco das Misericórdias.

Escola Superior de Enfermagem Artur Ravara.

A todos procurámos proporcionar boas condições para a realização dos seus estágios, possibilitando uma troca de experiências útil para os estagiários e para IC na medida em que a ajuda que prestam é notória.

Foram também efectuadas visitas regulares à CRAF, das quais destacamos as de alunos do Colégio S. João de Brito, cuja confraternização com os nossos idosos é sempre muito agradável.

14. RELAÇÕES COM OUTRAS ENTIDADES

Com a Tutela mantivemos um bom relacionamento institucional, procurando dar satisfação aos pedidos que nos foram feitos.

Com as Instituições congéneres assegurámos uma colaboração profícua.

Queremos realçar a colaboração que há muitos anos vem sendo realizada com a junta de Freguesia do Lumiar, com o Lar Militar, Clube Recreativo e Dramático Os Combatentes, “O Lar do Comércio”, através da participação dos nossos Residentes em concursos de diversas manifestações sociais e culturais, no qual temos conseguido obter prémios nos primeiros lugares nas diversas categorias.

15. AGRADECIMENTOS

Agradecemos a colaboradores individuais e entidades colectivas que ajudaram a Instituição ao longo do ano. A todos deixamos expresso o sincero agradecimento da Direcção por todas as ajudas recebidas.

Não podemos deixar de individualizar alguns Amigos de IC, que há muitos anos vêm prestando uma colaboração eficiente – Dr. Luís Azevedo, Eng.º. António Gameiro e o Dr. Nuno Roque, Presidente da Junta de Freguesia do Lumiar, que há muito nos distingue com a sua amizade, comparecendo nos muitos eventos que realizamos.

Não referimos individualmente outras entidades para não correr o risco de esquecer alguma, assim apenas referimos todas as associações congéneres, as estruturas



associativas das IPSS e entidades oficiais com quem IC se relaciona institucionalmente.

16. CORPOS SOCIAIS

A Direcção agradece a todos os elementos dos Corpos Sociais, efectivos e suplentes, a disponibilidade para o desempenho dos seus cargos, em prejuízo do lazer a que têm direito.

Esta permanente disponibilidade dos órgãos sociais, que de forma desinteressada contribui com a sua solidariedade para esta obra de todos nós em prol de todos nós, enobrece quem a pratica, independentemente das suas convicções. Não esquecendo o apoio dado a quem no fim da vida, privado de amigos e familiares necessita da nossa ajuda para com dignidade e cidadania continuar a ser um cidadão inteiro, com direitos e deveres próprios de uma sociedade mais justa, mais fraterna, mais livre, bem hajam.

17. PROPOSTAS

Face ao exposto, que julgamos ter sido claro e objectivo, salientando todos os aspectos com a Direcção se confrontou ao longo do ano, bem como a orientação seguida na sua resolução, procurando acima de tudo melhorar a vida dos residentes criar condições para os vindouros e levar esta grande nau a bom porto, sã e salva.

Assim, resta-nos propor a aprovação:

- do presente Relatório e Contas;
- de um voto de agradecimento para todos os Amigos e Entidades que se relacionaram com IC;
- de um voto de pesar pelo desaparecimento dos Sócios e Amigos de IC que deixaram a nossa companhia durante o ano;
- de um voto de pesar e gratidão aqueles que partiram neste ano, mas que em anteriores Direcções deixaram o seu trabalho e testemunho, como exemplo a seguir.
- de um voto de agradecimento aos Colaboradores, que de forma desinteressada contribuíram para o engrandecimento da Instituição, recordando aos que assim não procederam, que lhes devem seguir o exemplo.;
- de um voto de agradecimento a todos os Órgãos da Comunicação Social que acompanharam a vida de IC e a publicitaram.

Lisboa, 26 de Março de 2007

Presidente – Eng.^o Vítor Manuel Vozzone Damião
Vice-Presidente – D. Ana Vera Tomás de Sousa Santos Antunes
1.^o Secretário – Sr. João Fernando Teixeira Carvalho
2.^o Secretário – D. Maria do Carmo Martinez Rubianes Matos Vieira
Tesoureiro – Sr. Manuel António Marrafa Martins
Vogal – D. Maria João Mendes Paixão Oliveira Duarte
Vogal – Dr.^a Maria José Rosa Ramalho